

A ELITIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: HISTÓRICO, DESIGUALDADES E DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

THE ELITIZATION OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: HISTORY, INEQUALITIES, AND CHALLENGES FOR THE DEMOCRATIZATION OF ACCESS

LA ELITIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA: ANTECEDENTES, DESIGUALDADES Y DESAFÍOS PARA LA DEMOCRATIZACIÓN DEL ACCESO

Ana Caroliny Nicodemo Mariano¹
Thaissa Crislane Santos²
Júlio Afonso Alves Dutra³

RESUMO: O ensino superior brasileiro carrega uma raiz histórica excludente, tendo sido estruturado primordialmente para atender aos interesses das elites dominantes. Embora programas de expansão de vagas e a interiorização institucional tenham aumentado a presença de grupos marginalizados, essas iniciativas esbarraram na mercantilização da educação e na persistência de desigualdades estruturais. Diante deste cenário, tem-se o problema de pesquisa: Como a expansão e as políticas de democratização do ensino superior brasileiro contribuíram para superar o processo histórico de elitização do acesso e quais mecanismos de desigualdade permanecem presentes no sistema? Objetivou-se a análise do processo de elitização da universidade brasileira, considerando sua trajetória histórica, as políticas públicas de inclusão e a manutenção das disparidades sociais, tendo como materiais e métodos uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e caráter analítico, realizada mediante revisão de escopo na base de dados Periódicos Capes com os descritores "elitização" e "ensino superior", resultando na análise de 18 artigos. Conclui-se que a elitização possui caráter histórico e estrutural. Embora a expansão de vagas e as ações afirmativas tenham ampliado o ingresso de grupos marginalizados, a desigualdade se reproduz internamente através da concentração de alunos de alta renda em cursos de elevado prestígio. A democratização efetiva requer políticas integradas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e a conclusão dos estudantes.

Palavras-Chave: Ensino superior. Elitização. Políticas públicas. Democratização. Acessibilidade.

¹ Bacharel em Administração, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal MG.

² Bacharel em Administração, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal MG.

³ Mestre em Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal MG.

ABSTRACT: Brazilian higher education bears a legacy of exclusion, having been structured primarily to serve the interests of dominant elites. Although programs to expand enrollment and extend institutional reach into the interior have increased the presence of marginalized groups, these initiatives have been hindered by the commodification of education and the persistence of structural inequalities. Against this backdrop, the research problem arises: How have the expansion and democratization policies of Brazilian higher education contributed to overcoming the historical process of elitism in access, and what mechanisms of inequality remain within the system? This study aimed to analyze the process of elitization in Brazilian universities, considering their historical trajectory, public inclusion policies, and the persistence of social disparities. The methodology involved qualitative, analytical bibliographic and documentary research, conducted via a scoping review of the Periódicos Capes database using the descriptors "elitization" and "higher education," resulting in the analysis of 18 articles. The study concludes that elitization is both historical and structural in nature. Although the expansion of enrollment slots and affirmative action measures have increased the admission of marginalized groups, inequality is reproduced internally through the concentration of high-income students in high-prestige degree programs. Effective democratization requires integrated policies that ensure not only access but also student retention and degree completion.

Keywords: Higher education. Elitization. Public policies. Democratization. Accessibility.

RESUMEN: La educación superior brasileña arrastra una raíz histórica excluyente, habiéndose estructurado primordialmente para atender los intereses de las élites dominantes. Si bien los programas de ampliación de plazas y la descentralización institucional han aumentado la presencia de grupos marginados, estas iniciativas han chocado con la mercantilización de la educación y la persistencia de desigualdades estructurales. Ante este escenario, surge el problema de investigación: ¿Cómo han contribuido la expansión y las políticas de democratización de la educación superior brasileña a superar el proceso histórico de elitización del acceso, y qué mecanismos de desigualdad permanecen presentes en el sistema? El objetivo fue analizar el proceso de elitización de la universidad brasileña, considerando su trayectoria histórica, las políticas públicas de inclusión y la persistencia de las disparidades sociales. La metodología empleada consistió en una investigación bibliográfica y documental de enfoque cualitativo y carácter analítico, realizada mediante una revisión de alcance en la base de datos Periódicos Capes con los descriptores "elitización" y "educación superior", lo que resultó en el análisis de 18 artículos. Se concluye que la elitización tiene un carácter histórico y estructural. Si bien la ampliación de plazas y las acciones afirmativas han incrementado el ingreso de grupos marginados, la desigualdad se reproduce internamente a través de la concentración de estudiantes de altos ingresos en carreras de gran prestigio. La democratización efectiva requiere políticas integradas que garanticen no solo el acceso, sino también la permanencia y la culminación de los estudios por parte de los estudiantes.

Palabras clave: Educación superior. Elitización. Políticas públicas. Democratización. Accesibilidad.

INTRODUÇÃO

O ensino superior ocupa lugar estratégico na sociedade contemporânea, tanto por sua contribuição para a formação profissional e científica quanto por seu potencial de promover

mobilidade social e ampliar as possibilidades de participação dos indivíduos na vida econômica, política e cultural. No Brasil, entretanto, a constituição histórica desse nível de ensino foi marcada por fortes processos de seleção social, fazendo com que o acesso às universidades permanecesse, durante longos períodos, concentrado entre grupos socialmente privilegiados.

A trajetória do ensino superior brasileiro revela que a universidade não se constituiu originalmente como espaço universalizado de formação, mas como instituição vinculada às necessidades e aos interesses das elites sociais. O estudo de Orso (2020), utilizado como referência central na pesquisa analisada, caracteriza a universidade brasileira como historicamente orientada ao atendimento da classe dominante e resistente a processos de inclusão.

Da mesma maneira, Rezende Pinto (2004) apresenta evidências sobre a concentração dos estudantes pertencentes às elites em instituições e cursos de elevado prestígio social. Nesse sentido, a elitização do ensino superior não pode ser compreendida exclusivamente como resultado das dificuldades econômicas enfrentadas pelos estudantes de baixa renda no momento do ingresso. Trata-se de um processo histórico e estrutural que envolve diferentes dimensões da experiência universitária, incluindo o acesso, a escolha dos cursos, a distribuição dos estudantes entre instituições, as condições de permanência e as possibilidades de conclusão.

3

A expansão do sistema de ensino superior ocorrida principalmente a partir das últimas décadas do século XX modificou parcialmente esse cenário. A ampliação das vagas, o crescimento do setor privado, a expansão das universidades federais, a interiorização das instituições e a criação de políticas de ações afirmativas contribuíram para ampliar a presença de estudantes oriundos de grupos historicamente excluídos.

Entretanto, a ampliação quantitativa das oportunidades educacionais não significou, necessariamente, a superação das desigualdades. Bauer (2006), por exemplo, chama atenção para o papel da expansão do setor privado e para as novas formas de estratificação produzidas nesse processo. Favato e Ruiz (2018), ao analisarem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), reconhecem a ampliação de vagas e campi, mas apontam limitações para modificar a composição social dos cursos mais concorridos. O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, incluindo o aumento de vagas, a ampliação de cursos noturnos, a redução da evasão e a utilização mais eficiente da estrutura das universidades federais.

Outro marco importante foi a implementação das políticas de ações afirmativas. A Lei nº 12.711/2012 estabeleceu reserva de vagas nas instituições federais para estudantes provenientes de escolas públicas, incorporando critérios relacionados à renda e à composição racial. A legislação passou por modificações posteriores, ampliando e atualizando os critérios da política.

As ações afirmativas assumem especial importância porque a elitização brasileira possui também uma dimensão racial. Freitas *et-al.* (2017) analisam as cotas étnico-raciais como mecanismos de reparação e de enfrentamento da composição predominantemente elitizada e branca da academia. Apesar desses avanços, permanecem questões relacionadas à desigualdade de oportunidades, à permanência dos estudantes e à concentração de grupos de maior renda em cursos socialmente valorizados. Jacob (2019), por exemplo, demonstra que estudantes de maior renda permanecem concentrados em cursos de maior prestígio, revelando que a elitização não desaparece quando o estudante consegue ingressar no ensino superior. Ela também se manifesta na distribuição desigual dos sujeitos entre diferentes carreiras.

Diante desse contexto, este artigo parte do seguinte problema de pesquisa: Como a expansão e as políticas de democratização do ensino superior brasileiro contribuíram para superar o processo histórico de elitização do acesso e quais mecanismos de desigualdade permanecem presentes no sistema?

4

O objetivo geral consiste em analisar o processo de elitização do ensino superior brasileiro, considerando sua constituição histórica, as políticas de expansão e democratização do acesso e a permanência das desigualdades sociais.

A relevância do estudo está relacionada à necessidade de compreender a democratização para além da simples ampliação do número de vagas. Conforme demonstram Santos e Freire (2022), democratizar o ensino superior implica também assegurar condições efetivas de permanência, uma vez que o ingresso de estudantes de grupos populares, sem suporte material e institucional adequado, pode produzir uma democratização apenas parcial.

Assim, discutir a elitização do ensino superior significa analisar as contradições existentes entre a expansão formal das oportunidades e a permanência de desigualdades concretas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e caráter analítico. Buscando responder ao problema de pesquisa

“Em que medida a expansão e as políticas de democratização do ensino superior brasileiro contribuíram para superar o processo histórico de elitização do acesso e quais mecanismos de desigualdade permanecem presentes no sistema?”, foi desenvolvido um estudo de Revisão de Escopo, utilizando-se da Base de Dados Periódicos Capes, do Governo brasileiro, com os descritores “elitização” e “ensino superior. A consulta foi realizada no dia 15 de abril de 2026, resultando em 19 artigos de acesso livre. Durante a organização da amostra, foi identificada uma duplicidade referente ao trabalho de Jacob (2019), totalizando o *corpus* de análise com 18 artigos na composição final da pesquisa:

Quadro 1 – Relação dos artigos selecionados para revisão

Art.	Autor(es) / Ano	Título	Objetivo / Problemática	Considerações Finais
1	Araújo <i>et-al.</i> (2022)	O descumprimento da lei de criação dos Institutos Federais e a oferta de cursos na categoria “outros” no IFSP	Investigar eventuais desvios de finalidade na oferta de vagas da Rede Federal em direção a modelos tradicionais elitizados.	Alerta que alterações nas diretrizes originais dos Institutos Federais correm o risco de reproduzir lógicas de exclusão do ensino tradicional.
2	Bauer (2006)	Política de expansão do ensino superior: a classe operária vai ao campus	Investigar as contradições da expansão do ensino superior e a inserção da classe trabalhadora no ambiente universitário.	Revela que parte significativa da expansão ocorreu via setor privado/mercantilizado, redefinindo as formas de estratificação do ensino.
3	Favato e Ruiz (2018)	REUNI: política para a democratização da educação superior?	Analisar a capacidade do programa REUNI em democratizar a estrutura universitária pública e romper marcas histórico-elitistas.	Destaca que o REUNI ampliou vagas/campi significativamente, mas encontrou limitações para alterar a estrutura social dos cursos mais concorridos.
4	Ferreira, Silva e Cosson (2021)	Paradigmas do ensino da literatura	Analisar a evolução dos paradigmas e métodos do ensino da literatura no âmbito acadêmico/escolar.	Discute como a formação em áreas humanas/letras lida com a dicotomia entre ensino de elite e letramento popular.
5	Fonseca (2018)	Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017)	Mapear as oscilações e avanços das políticas de democratização do acesso à graduação no Brasil entre 1995 e 2017.	Mapeia períodos de avanços democráticos e momentos de retração e inflexão nas políticas inclusivas federais.
6	Freitas <i>et-al</i> (2017)	Cotas étnico-raciais como política de reparo	Discutir as cotas étnico-raciais enquanto mecanismo de reparação de desigualdades e desconstrução da elitização monorracial.	Evidencia que as ações afirmativas são instrumentos cruciais para alterar o perfil predominantemente elitizado e branco da academia.
7	Jacob (2019)	Escolhas escolares dos estudantes do ensino superior: perfis e diferenciação social	Analisar como a origem socioeconômica condiciona a escolha de cursos e a hierarquização dentro do ensino superior.	Conclui que a elitização se reproduz dentro do próprio sistema, com cursos de prestígio concentrando alunos de alta renda.
8	Junior e Oliveira (2019)	Igualdade de oportunidades no ensino superior brasileiro: ações	Avaliar como os indicadores políticos e as ações afirmativas medeiam a igualdade de	Aponta para a eficácia das cotas, reforçando a necessidade de métricas contínuas para mensurar a redução das

		afirmativas e indicadores de avaliação política como mediadores do sucesso escolar	oportunidades e o sucesso acadêmico.	disparidades de classe.
9	Katuta (2003)	A universidade, a avaliação e a prática de ensino	Problematizar os modelos pedagógicos e as diretrizes institucionais de avaliação frente às exigências do ensino superior.	Discute as contradições entre exigências de desempenho/produktividade e a missão inclusiva da universidade pública.
10	Monteiro (2022)	A educação popular no ensino superior brasileiro: o protagonismo da Universidade Federal da Fronteira Sul	Discutir a implementação do modelo de educação popular e comunitária como contrarresposta à tradição elitista acadêmica.	Aponta a UFFS como estudo de caso promissor de descentralização e ruptura com a lógica universitária elitista tradicional.
11	Motta, Bouzada e Paula (2024)	O ensino superior para acesso à mobilidade social: a inserção profissional de alunos egressos da Baixada Fluminense	Investigar a relação entre conclusão do ensino superior e mobilidade socioeconômica efetiva no mercado de trabalho.	Identifica que barreiras sociais e de capital cultural continuam operando no mercado, atenuando os efeitos do diploma sobre a mobilidade.
12	Oliveira e Antonello (2022)	Considerações acerca do papel das políticas educacionais de acesso ao ensino superior na migração internacional de brasileiros	Explicar como a escassez/elitização do acesso a determinados cursos de alta concorrência impele estudantes a migrarem.	Evidencia a fuga de alunos para países vizinhos devido à rigidez e elitização do funil de entrada em carreiras prestigiadas no Brasil.
13	Orso (2020)	Elitização da universidade brasileira em perspectiva histórica	Analisar o processo histórico de formação da universidade no Brasil com foco no seu caráter tradicionalmente elitista.	Comprova que a universidade brasileira foi historicamente desenhada para atender a classe dominante, resistindo a processos inclusivos.
14	Pereira, May e Gutierrez (2014)	O acesso das classes populares ao ensino superior: novas políticas, antigos desafios	Reflete aspectos históricos da constituição do ensino superior no Brasil, destacando as políticas públicas de expansão e interiorização ocorridas a partir do início do século XXI.	Aponta que, apesar da expansão de vagas, permanecem desafios estruturais quanto à manutenção de privilégios e tendências à elitização.
15	Rezende Pinto (2004)	O acesso à educação superior no Brasil	Mapar estatisticamente os padrões de acesso e a distribuição socioeconômica dos estudantes no ensino superior.	Fornece dados empíricos demonstrando a forte concentração de estudantes das elites em instituições e cursos públicos de alto valor social.
16	Santos e Freire (2022)	Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB	Analisar como as ações afirmativas e a assistência estudantil impactam a permanência de estudantes oriundos das camadas populares.	Demonstra que democratizar o acesso exige políticas robustas de permanência material/simbólica para combater a elitização universitária.
17	Schiedeck e França (2019)	Narrativas memoriais: o que a história nos conta sobre os Institutos Federais	Reconstruir a memória institucional da criação dos IFs como projeto de democratização e interiorização da educação.	Posiciona a criação da Rede Federal como política deliberada de ruptura com o ensino superior público restrito às capitais e elites.

18	Silva, Petris e Oliveira (2022)	Considerações sobre o desenvolvimento da educação superior no Brasil até o ano de 2006	Analisar em perspectiva histórica a expansão e as características do ensino superior brasileiro até meados dos anos 2000.	Traça o panorama das reformas educacionais e o predomínio privado/elitista que marcou as diretrizes do setor até 2006.
----	---------------------------------	--	---	--

O levantamento bibliográfico buscou identificar trabalhos que discutissem direta ou indiretamente a relação entre elitização, acesso, democratização, desigualdade e ensino superior.

Os estudos selecionados foram organizados em uma estrutura de análise que considerou seus autores, títulos, ano de publicação, objetivos, resultados e contribuições para o problema investigado.

A organização dos dados possibilitou identificar recorrências temáticas e estabelecer relações entre os diferentes estudos.

Categorias de análise

Os 18 trabalhos foram organizados em cinco categorias principais:

1. Histórico e formação elitista;
2. Expansão e democratização;
3. Desigualdades socioeconômicas;
4. Ações afirmativas;
5. Interiorização e Institutos Federais.

Essas categorias foram definidas no documento de pesquisa como forma de sistematizar a produção encontrada.

A primeira categoria possibilitou compreender a origem histórica do caráter elitista da universidade brasileira. A segunda concentrou os trabalhos relacionados à expansão das vagas e às políticas públicas. A terceira analisou a relação entre origem social, renda, capital cultural e oportunidades. A quarta reuniu pesquisas sobre cotas e ações afirmativas. A quinta tratou da interiorização e da expansão da Rede Federal.

A análise foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar convergências e divergências entre os trabalhos. Não se pretendeu realizar uma análise estatística dos artigos, mas compreender os principais argumentos, resultados e contribuições apresentados pelos estudos selecionados.

O procedimento permitiu organizar a discussão em torno de três questões centrais:

- a) a permanência histórica da elitização;

- b) os efeitos e limites das políticas de expansão e democratização;
- c) os mecanismos contemporâneos de reprodução das desigualdades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os 18 artigos resultantes da revisão de escopo, que trataram da elitização do ensino superior, construiu-se a análise de dados derivadas das categorias integrantes dos artigos que compuseram o *corpus* desta pesquisa.

Formação histórica do ensino superior brasileiro

A constituição do ensino superior no Brasil não se deu, em suas origens, como um projeto de democratização do saber ou de formação ampla da população, mas sim como uma estrutura desenhada para atender aos interesses diretos e às necessidades de qualificação das elites dominantes.

Ao longo do percurso histórico da educação brasileira, o acesso às poucas instituições de graduação existentes permaneceu restrito a grupos socialmente privilegiados, o que consolidou uma dinâmica estrutural e seletiva de ingresso. Essa herança histórica gerou um sistema cujos mecanismos de seleção tendiam a reproduzir as desigualdades econômicas, sociais e culturais já vigentes no país. Como consequência dessa trajetória, a universidade brasileira estruturou-se com forte resistência a processos inclusivos, mantendo, durante a maior parte do século XX, um perfil homogêneo e fortemente elitizado em suas salas de aula.

A compreensão da elitização do ensino superior brasileiro exige recuperar sua formação histórica. A universidade, enquanto instituição social, não surgiu no Brasil como um espaço destinado ao conjunto da população. Ao contrário, sua formação esteve associada às necessidades das elites e às estruturas sociais de uma sociedade marcada por profundas desigualdades. Orso (2020) identifica justamente esse caráter histórico da universidade brasileira. Segundo o estudo analisado, a instituição universitária foi construída de maneira vinculada às classes dominantes, resistindo, em diferentes momentos, a processos mais amplos de inclusão.

Ferreira, Silva e Cosson (2021) enriquecem essa reflexão ao demonstrarem que a elitização não se limita às barreiras socioeconômicas de ingresso, mas se manifesta também no plano simbólico e acadêmico. A perpetuação de um "ensino de elite" voltado a padrões culturais

tradicionais em detrimento do letramento popular atua como um mecanismo que reforça o distanciamento entre o saber universitário e as vivências das classes populares.

Rezende Pinto (2004), por sua vez, apresenta dados sobre a distribuição socioeconômica dos estudantes e demonstra a forte concentração das elites em instituições e cursos públicos de elevado valor social. Essa característica histórica é fundamental para compreender por que a democratização do ensino superior permanece sendo um desafio. Se a universidade foi constituída dentro de uma estrutura social desigual, a simples abertura de novas vagas não é suficiente para eliminar os mecanismos sociais que condicionam quem consegue chegar a determinados cursos, quem permanece e quem consegue transformar a formação universitária em efetiva mobilidade social.

O acesso às formações de maior prestígio historicamente esteve associado à posse de recursos econômicos e culturais. Cursos e instituições considerados mais valorizados socialmente passaram a funcionar como espaços de reprodução de privilégios, pois estudantes oriundos de famílias com maior capacidade econômica e maior familiaridade com os códigos educacionais possuíam melhores condições de preparação para os processos seletivos.

Portanto, a história do ensino superior brasileiro pode ser compreendida como um processo no qual a expansão institucional ocorreu de maneira progressiva, mas dentro de uma sociedade caracterizada por desigualdades estruturais.

Expansão do ensino superior e novas formas de desigualdade

A partir das últimas décadas do século XX, o ensino superior brasileiro passou por significativo processo de expansão. O aumento das vagas modificou a dimensão quantitativa do sistema e permitiu o ingresso de segmentos sociais anteriormente pouco representados. Entretanto, a expansão apresentou características contraditórias. Bauer (2006) destaca a importância do setor privado nesse processo, apontando para a mercantilização da educação superior e para a redefinição das formas de estratificação. Isso significa que o aumento do número de vagas não produziu necessariamente igualdade entre as oportunidades educacionais. A ampliação do sistema ocorreu por diferentes vias e com instituições apresentando condições distintas de formação, infraestrutura, reconhecimento social e possibilidades profissionais.

Nessa questão, Ferreira, Silva e Cosson (2021) evidenciam que a simples ampliação do acesso a vagas não é suficiente se a universidade mantiver estruturas e paradigmas de ensino

rígidos e elitizados. Para que haja inclusão real, a formação acadêmica precisa redefinir seus métodos e reconhecer o letramento popular como parte integrante do processo formativo.

Desse modo, pode-se falar em uma diferenciação interna do próprio ensino superior. Alguns cursos e instituições concentram maior prestígio, recursos e concorrência, enquanto outros se tornam alternativas mais acessíveis para estudantes que não conseguem ingressar nas carreiras mais disputadas. Essa diferenciação contribui para uma nova configuração da elitização. O estudante pode ter acesso ao ensino superior, mas não necessariamente às mesmas oportunidades disponíveis aos grupos socialmente privilegiados.

Políticas de democratização

As ações afirmativas e cotas raciais (Freitas *et-al.* (2017); Junior e Oliveira (2019) foram fundamentais para alterar o perfil dos estudantes, mas ainda insuficientes diante das desigualdades estruturais. Freitas *et-al.* (2017) afirmam que “as ações afirmativas são instrumentos cruciais para alterar o perfil predominantemente elitizado e branco da academia”.

A interiorização e a criação dos Institutos Federais também se destacam como estratégias de democratização, embora apresentem riscos de reprodução de lógicas tradicionais de exclusão, como demonstram Araújo *et-al.* (2022), ao apontarem que a categoria “Outros” nos IFSP extrapola limites legais e favorece cursos elitizados.

Monteiro (2022) destaca o caso do protagonismo da UFFS como um projeto de interiorização capaz de aproximar a universidade pública das populações regionais e de matriz popular, servindo de contraponto ao modelo universitário focado nas capitais e nos grupos economicamente favorecidos.

O REUNI e a expansão das universidades federais

Entre as políticas de expansão do ensino superior público, destaca-se o REUNI. O programa foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 e teve como finalidade ampliar o acesso e a permanência na graduação, estabelecendo entre suas diretrizes a ampliação de vagas, especialmente no período noturno, a redução das taxas de evasão e a reorganização acadêmica.

O Ministério da Educação caracteriza o REUNI como uma política voltada à expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais, incluindo aumento de vagas, abertura de cursos noturnos, inovação pedagógica e combate à evasão.

No entanto, Favato e Ruiz (2018) demonstram que a expansão quantitativa não foi suficiente para romper as marcas histórico-elitistas do sistema. O programa ampliou significativamente vagas e campi, mas encontrou limites para modificar a estrutura social dos cursos mais concorridos. Esse resultado é particularmente relevante para a discussão da elitização. A expansão pode aumentar o número de estudantes universitários sem necessariamente alterar a concentração social existente em determinadas carreiras.

Portanto, o REUNI deve ser compreendido como uma política importante para ampliar oportunidades, mas seus resultados precisam ser avaliados considerando também a qualidade da democratização e a distribuição dos estudantes entre os diferentes segmentos do ensino superior.

Interiorização e Institutos Federais

A interiorização constitui outra dimensão importante das políticas de democratização. A criação e expansão de instituições federais fora dos grandes centros urbanos buscou aproximar a educação superior de regiões e populações que historicamente enfrentavam dificuldades de acesso. O estudo de Schiedeck e França (2019) apresenta a Rede Federal como uma política deliberada de democratização e interiorização da educação, procurando romper com um modelo de ensino superior público concentrado nas capitais e entre grupos privilegiados.

Entretanto, a expansão territorial também apresenta desafios. Araújo *et-al.* (2022) alertam para a possibilidade de reprodução de lógicas tradicionais de exclusão em instituições criadas com finalidades inclusivas. O estudo sobre os Institutos Federais demonstra que alterações nas diretrizes de oferta podem favorecer modelos mais próximos da tradição elitizada. Isso evidencia que a democratização institucional não depende somente da localização física das instituições. É necessário observar os cursos oferecidos, o perfil dos estudantes atendidos, as condições de permanência e a relação entre formação e necessidades sociais e regionais.

Katuta (2003) complementa a discussão sobre permanência ao demonstrar que garantir a sustentação do estudante exige transformações no plano pedagógico e nas práticas de ensino. Sem uma revisão das diretrizes de avaliação institucional, o ambiente acadêmico pode impor padrões de desempenho descontextualizados das trajetórias de estudantes oriundos de setores populares, criando obstáculos internos ao sucesso e à conclusão do curso.

Elitização como processo histórico e social

A elitização não se restringe ao ingresso, mas à reprodução de desigualdades dentro do sistema. Jacob (2019) demonstra que cursos de maior prestígio concentram estudantes de alta renda, perpetuando a estratificação social. Esse fenômeno revela que a elitização atua não apenas como barreira de entrada, mas também como mecanismo interno de diferenciação entre cursos e carreiras.

Conforme apontado por autores como Orso (2020) e Rezende Pinto (2004), a elitização opera muito além do obstáculo econômico imediato enfrentado no momento do vestibular; ela se desdobra ao longo de todo o percurso acadêmico, condicionando a escolha dos cursos, a distribuição dos estudantes entre diferentes tipos de instituições, a capacidade de permanência e a conversão do diploma em efetiva mobilidade social.

Adicionalmente, as análises de Jacob (2019) mostram que esse mecanismo atua como uma elitização interna e velada, garantindo que os grupos socioeconomicamente favorecidos continuem monopolizando as carreiras de maior valor simbólico e financeiro, mantendo intacta a hierarquização social do conhecimento.

Desigualdades socioeconômicas

12

A renda, a origem social e o capital cultural condicionam o acesso e a escolha dos cursos. Estudos mostram que a elitização se reproduz na distribuição desigual dos estudantes entre carreiras valorizadas e cursos de menor prestígio. Motta, Bouzada e Paula (2024) identificam que, mesmo após a conclusão do ensino superior, barreiras sociais e de capital cultural continuam operando no mercado de trabalho, atenuando os efeitos do diploma sobre a mobilidade.

Oliveira e Antonello (2022) evidenciam a "fuga" de alunos brasileiros para países vizinhos devido à extrema rigidez e ao funil de entrada fortemente elitizado nas carreiras mais prestigiadas (como Medicina) no sistema nacional. e conforme indicam as evidências empíricas de Rezende Pinto (2004), há uma acentuada e histórica concentração de estudantes pertencentes às elites em cursos públicos de elevado prestígio social e econômico. Esse mecanismo faz com que a estratificação socioeconômica se reproduza diretamente na distribuição dos alunos no sistema, direcionando os jovens de menor renda para carreiras menos valorizadas ou para instituições com menor reconhecimento. Adicionalmente, as análises de Motta, Bouzada e Paula (2024) revelam que a desigualdade ultrapassa o ambiente universitário: mesmo após a

conquista do diploma, as barreiras de origem social e de capital cultural continuam atuando no mercado de trabalho, atenuando o impacto da formação superior sobre a mobilidade socioeconômica dos egressos das classes populares.

Permanência e conclusão

Santos & Freire (2022) evidenciam que políticas de assistência estudantil são cruciais para garantir permanência, sem as quais a democratização se torna parcial. Eles afirmam que “conter a elitização não depende apenas do ingresso, mas das condições reais de permanência do estudante”. Isso demonstra que a democratização exige políticas robustas de permanência material e simbólica.

Conforme apontam os estudos de Santos e Freire (2022), conter a elitização universitária exige políticas públicas robustas de assistência estudantil, voltadas a mitigar os custos com alimentação, moradia, transporte e materiais acadêmicos, além de considerar a frequente necessidade de conciliação entre trabalho e estudo enfrentada pelos alunos de baixa renda.

Sem esse suporte institucional integrado, a ampliação do acesso arrisca converter-se em elevadas taxas de evasão, demonstrando que a garantia de permanência até a efetiva diplomação é condição indispensável para desconstruir as barreiras históricas da elitização

Ações afirmativas

As cotas raciais e sociais alteraram o perfil elitizado e branco das universidades, mas ainda enfrentam resistência e desafios de implementação. Freitas *et-al.* (2017) reforçam que tais políticas são instrumentos de reparação histórica e social, capazes de desconstruir a elitização monorracial. Junior e Oliveira (2019) acrescentam que a eficácia das cotas depende de indicadores contínuos para mensurar a redução das disparidades de classe.

Complementarmente, os achados de Junior e Oliveira (2019) evidenciam a eficácia dessas medidas na ampliação de oportunidades, ao mesmo tempo em que defendem o uso contínuo de indicadores de avaliação política para monitorar a redução das disparidades de classe e assegurar o sucesso acadêmico dos estudantes cotistas. Assim, as ações afirmativas afirmam-se não como privilégios, mas como mecanismos legítimos e necessários de promoção da justiça distributiva que, embora altamente transformadores, ainda enfrentam contínuas resistências institucionais e desafios de implementação.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ESTUDOS ANALISADOS

A análise dos 18 trabalhos revela que a discussão sobre elitização do ensino superior brasileiro apresenta caráter interdisciplinar e envolve diferentes dimensões. Os trabalhos abrangem estudos históricos, análises de políticas públicas, pesquisas sobre desigualdade social, investigações sobre ações afirmativas e estudos voltados à expansão e interiorização do ensino superior.

Entre os estudos de caráter histórico destacam-se Orso (2020), Rezende Pinto (2004) e Silva, Petris e Oliveira (2022). Orso (2020) contribui para compreender as origens elitistas da universidade; Rezende Pinto (2004) apresenta dados sobre o perfil socioeconômico do acesso; e Silva, Petris e Oliveira (2022) recuperam a trajetória histórica da educação superior brasileira e o predomínio privado/elitista em determinados períodos.

No campo das políticas de expansão, destacam-se Pereira, May e Gutierrez (2014), Bauer (2006), Marcello (2018) e Favato e Ruiz (2018). Esses trabalhos permitem observar como a ampliação das oportunidades de ingresso conviveu com a manutenção de barreiras sociais.

Monteiro (2022) e Katuta (2003) afirmam que democratizar o ensino superior envolve não apenas a criação quantitativa de vagas, mas também a adoção de paradigmas pedagógicos voltados à educação popular que desafiam as estruturas de exclusão do ensino tradicional. Os estudos sobre ações afirmativas, por sua vez, enfatizam o papel das cotas e da assistência estudantil para modificar o perfil do ensino superior.

14

Permanência histórica da elitização

Um dos resultados mais consistentes da análise é a identificação da permanência da elitização ao longo da história. Orso (2020) sustenta que a universidade brasileira foi historicamente organizada em torno dos interesses das classes dominantes. Rezende Pinto (2004), por sua vez, fornece sustentação empírica para observar a concentração de estudantes das elites em instituições e cursos de alto valor social.

Esses resultados permitem compreender que a elitização não constitui um fenômeno recente. Ela é resultado de uma estrutura educacional construída dentro de uma sociedade profundamente desigual. Consequentemente, políticas recentes de democratização precisam ser analisadas em relação a essa herança histórica.

A expansão das vagas representa avanço importante, mas sua capacidade de alterar estruturas sociais depende da maneira como os novos estudantes são distribuídos entre instituições e cursos.

Expansão quantitativa e limites da democratização

Pereira, May e Gutierrez (2014) identificam avanços decorrentes das políticas de expansão e interiorização, mas também destacam a permanência de desafios estruturais relacionados à manutenção de privilégios e às tendências de elitização.

Esse resultado demonstra que expansão e democratização não são conceitos equivalentes.

A expansão refere-se, em grande medida, ao crescimento da oferta. A democratização, entretanto, pressupõe igualdade efetiva de oportunidades. Bauer (2006) mostra que parte significativa da expansão ocorreu por meio do setor privado, contribuindo para novas formas de estratificação.

Oliveira e Antonello (2022) comentam que, embora tenha havido um aumento quantitativo geral na oferta de vagas no país, esse crescimento não foi suficiente para democratizar o acesso aos cursos de maior concorrência, mantendo intacto o gargalo histórico que empurra estudantes para instituições estrangeiras.

Nesse cenário, estudantes de diferentes origens sociais podem ter acesso ao ensino superior, mas em condições distintas. A expansão do setor privado pode representar aumento de oportunidades para determinados grupos, mas também produzir uma diferenciação entre trajetórias acadêmicas, dependendo da qualidade e do prestígio das instituições frequentadas.

Elitização interna dos cursos

Outro resultado significativo está relacionado à distribuição desigual dos estudantes dentro do próprio sistema. Jacob (2019) demonstra que a origem socioeconômica condiciona a escolha dos cursos e que estudantes de maior renda estão concentrados nas carreiras de maior prestígio. Essa constatação amplia a compreensão da elitização.

Se a análise se limitasse ao ingresso, poderia parecer que a expansão e as políticas de cotas teriam resolvido o problema. Entretanto, quando se observa a distribuição dos estudantes, percebe-se que persistem hierarquias. Cursos mais concorridos e socialmente valorizados continuam funcionando como espaços de concentração de grupos privilegiados. Assim, a

democratização precisa ser avaliada considerando a igualdade na distribuição das oportunidades, e não apenas a igualdade formal de acesso.

Ações afirmativas como mecanismo de democratização

As ações afirmativas constituem um dos principais mecanismos identificados nos estudos analisados. Freitas *et-al.* (2017) defendem as cotas étnico-raciais como instrumentos de reparação e transformação do perfil da academia. Junior e Oliveira (2019) reforçam a importância das políticas afirmativas e defendem o uso de indicadores para acompanhar seus resultados.

Fonseca (2018) analisa a trajetória das políticas federais de ampliação do acesso ao longo de mais de duas décadas, evidenciando que a democratização depende diretamente das prioridades da agenda governamental e do ambiente político-democrático. Sua pesquisa reforça que o acesso ampliado é fruto de construções políticas que podem sofrer continuidades ou descontinuidades conforme a conjuntura do país, apresentando destaque para as políticas inclusivas e da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012).

A política de cotas representa uma mudança importante porque reconhece que a igualdade formal de competição não é suficiente em uma sociedade marcada por desigualdades históricas. A Lei nº 12.711/2012 consolidou nacionalmente a reserva de vagas nas instituições federais, estabelecendo critérios relacionados à trajetória escolar, renda e pertencimento racial. Posteriormente, a legislação foi atualizada para incorporar novos critérios e fortalecer mecanismos de acompanhamento. Desse modo, as ações afirmativas devem ser compreendidas não como privilégio, mas como instrumentos destinados a enfrentar desigualdades estruturais.

16

Permanência como condição da democratização

Os estudos de Santos e Freire (2022) permitem avançar ainda mais nessa discussão. Para os autores, não basta garantir o ingresso; é preciso criar condições para que os estudantes permaneçam e concluam seus cursos. Essa questão é especialmente importante para estudantes de baixa renda.

A permanência universitária envolve despesas com alimentação, transporte, moradia, materiais acadêmicos e, em muitos casos, necessidade de conciliar trabalho e estudo. Por isso, a assistência estudantil constitui dimensão essencial da democratização.

A legislação atual também reconhece essa dimensão ao estabelecer prioridade para auxílio estudantil a estudantes em situação de vulnerabilidade social que optem pelas vagas reservadas. Consequentemente, uma política de democratização consistente precisa articular acesso e permanência.

O papel da interiorização

A interiorização representa outro resultado importante da produção analisada.

Schiedeck e França (2019) identificam a Rede Federal como projeto de democratização e descentralização do ensino superior, rompendo com a concentração das oportunidades nas capitais. Entretanto, Araújo *et-al.* (2022) alertam para a possibilidade de instituições criadas com objetivos inclusivos reproduzirem práticas de exclusão. Portanto, a interiorização é necessária, mas não suficiente.

A simples existência de uma instituição em determinada região não garante democratização. É necessário verificar se os cursos oferecidos correspondem às necessidades da população local, se há condições adequadas de permanência e se os grupos historicamente excluídos estão efetivamente sendo atendidos.

Ensino superior e mobilidade social

A relação entre ensino superior e mobilidade social também aparece nos estudos selecionados. Motta, Bouzada e Paula (2024) analisam a inserção profissional de egressos e identificam a permanência de barreiras sociais e de capital cultural mesmo após a conclusão da graduação. Esse resultado é relevante porque demonstra que o diploma, embora importante, não elimina automaticamente as desigualdades sociais.

A educação superior pode ampliar oportunidades, mas seus efeitos são condicionados pelo contexto social no qual o indivíduo está inserido. Dessa forma, a democratização do ensino superior deve ser relacionada também às oportunidades profissionais posteriores à graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ensino superior brasileiro revela um cenário profundamente contraditório: embora o sistema tenha se tornado quantitativamente mais amplo e territorialmente diversificado, ele preserva mecanismos históricos e refinados de seleção social e estratificação.

A universidade brasileira não se constituiu originalmente como um espaço universalizado de formação, mas sim como uma estrutura vinculada às necessidades e aos privilégios das classes dominantes, o que resultou em uma forte resistência a processos inclusivos. Por essa razão, a elitização não se limita a uma barreira econômica enfrentada no momento do vestibular, constituindo um fenômeno histórico e estrutural que afeta todas as fases da trajetória acadêmica, desde a escolha do curso e o ingresso até a permanência e a diplomação

O processo de expansão iniciado nas últimas décadas do século XX — impulsionado pelo crescimento do setor privado, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e pela expansão da Rede Federal — permitiu a ampliação de vagas e o acesso de segmentos sociais historicamente excluídos. Contudo, essa expansão quantitativa produziu novas formas de estratificação e mercantilização do ensino, demonstrando que o aumento de oportunidades não resultou automaticamente em equidade. Programas como o REUNI ampliaram significativamente a infraestrutura e a interiorização das universidades federais, mas encontraram limitações estruturais para alterar a composição social dos cursos de maior concorrência, evidenciando que o crescimento da oferta não elimina, por si só, as marcas elitistas da instituição.

18

Dessa forma, a democratização formal do ingresso deu lugar a uma intensa elitização interna e à hierarquização das carreiras acadêmicas. Estudantes pertencentes às classes de maior renda e detentores de elevado capital cultural continuam fortemente concentrados nos cursos de elevado prestígio social, como Medicina e Direito. Em contrapartida, estudantes oriundos das camadas populares são predominantemente absorvidos por cursos de menor valorização no mercado ou por instituições privadas com menor reconhecimento acadêmico. Assim, a elitização atua como um mecanismo interno de diferenciação que perpetua privilégios e desigualdades no momento da distribuição dos sujeitos entre as profissões.

Para enfrentar essa estrutura desigual, a implementação de políticas de ações afirmativas — consolidadas pela Lei nº 12.711/2012 e pautadas por reservas de vagas sociais e étnico-raciais — representou um avanço fundamental no combate à composição historicamente branca e elitizada da universidade. As cotas atuam como instrumentos indispensáveis de reparação histórica e transformação do perfil acadêmico, embora sua efetividade dependa do acompanhamento contínuo por meio de indicadores de avaliação política e do enfrentamento constante de resistências institucionais.

Por fim, o estudo demonstra a indissociabilidade entre o acesso, a permanência estudantil e o mercado de trabalho. Assegurar a entrada de estudantes em situação de vulnerabilidade sem o suporte material e simbólico adequado — por meio de assistência estudantil com moradia, alimentação, transporte e auxílios financeiros — resulta em uma democratização apenas parcial, sujeita a altas taxas de evasão. Além disso, a conclusão da graduação não assegura automaticamente a mobilidade socioeconômica, uma vez que barreiras sociais e de capital cultural continuam operando no mercado de trabalho após a formatura. Portanto, a superação efetiva da elitização exige uma ação integrada que articule a ampliação do acesso, o fortalecimento das cotas, a consolidação da permanência e o combate às desigualdades no contexto pós-universitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Evelyn Rayani Dias de; LONGO, Liniane; GONÇALVES, Eduardo Rogério; AMORIM, Ivair Fernandes de. O descumprimento da lei de criação dos Institutos Federais e a oferta de cursos na categoria “outros” no IFSP: uma tentativa de elitização do ensino?. Olhar de Professor, v. 25, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/18220>. Acesso em: 15 abr. 2026.

BAUER, Carlos. Política de expansão do ensino superior: a classe operária vai ao campus. EccoS – Revista Científica, v. 8, n. 2, jan./jun. p. 449-470, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/478>. Acesso em: 15 abr. 2026.

FAVATO, Maria Nilse Favato; RUIZ, Maria José Ferreira. REUNI: política para a democratização da educação superior? Revista Eletrônica de Educação, v. 12, n. 2, p. 448-463, maio/ago, 2018. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2365/710>. Acesso em: 15 abr. 2026.

FERREIRA, Isabella Bacha; SILVA, Maurício. COSSON, Rildo. Paradigmas do ensino da literatura. EccoS – Revista Científica, n. 59, p. e21062, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/21062>. Acesso em: 15 abr. 2026.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 299-307, set./out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bFjBQtWgLnWsQXVNWtBCVZc/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2026.

FREITAS, Samylla Tassia Ferreira de; OLIVEIRA, Sandra Mara Santos Lemos de; CRUVINEL, Beatriz; CORRÊA, Odineia; NEVES, Eva Luzia das. Cotas étnico-raciais como política de reparo. Itinerarius Reflectionis, Jataí-GO., v. 13, n. 1, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufjf.edu.br/rir/article/view/45023>. Acesso em: 15 abr. 2026.

JACOB, Edgar Essuvi de Oliveira. Escolhas escolares dos estudantes do ensino superior: perfis e diferenciação social. *Revista transversos*. "Dossiê: reflexões sobre e de angola - inscrevendo saberes e pensamentos". n° 15, Abril, 2019, pp. 47- 62 Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W2936303309>. Acesso em: 15 abr. 2026.

JUNIOR, Idney Silva.; OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini Capistrano de. Igualdade de Oportunidades no Ensino Superior Brasileiro: Ações Afirmativas e Indicadores de Avaliação de Políticas como Mediadores do Sucesso Escolar. *Cadernos de pesquisa: pensamento educacional*, v. 14, n. 36, p. 186-201, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://homolog-sites.utp.br/index.php/a/issue/view/123>. Acesso em: 15 abr. 2026.

KATUTA, Ângela Massumi. A universidade, a avaliação e a prática de ensino. *Geografia (Londrina)*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 413-426, 2010. DOI: 10.5433/2447-1747.2003v12n1p413. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6703>. Acesso em: 15 abr. 2026.

MONTEIRO, Rui Anderson Costa. A Educação Popular no ensino superior brasileiro: o protagonismo da Universidade Federal da Fronteira Sul. *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 14, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/1142/938>. Acesso em: 15 abr. 2026.

MOTTA, Ana Carolina de Gouvêa Dantas; BOUZADA, Marco Aurelio Carino; PAULA Vilson Vieira de. O ensino superior para acesso à mobilidade social: a inserção profissional de alunos egressos da Baixada Fluminense. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 31, p. e15606, 3 jun. 2024. Disponível em: https://ojs.upf.br/index.php/rep/pt_BR/article/view/15606. Acesso em: 15 abr. 2026.

OLIVEIRA, Aírel Pereira da Silva; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Considerações acerca do papel das políticas educacionais de acesso ao ensino superior na migração internacional de brasileiros. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/65327>. Acesso em: 15 abr. 2026.

ORSO, Paulino José. Elitização da universidade brasileira em perspectiva histórica. *Roteiro*, [S. l.], v. 45, p. 1-16, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.22156. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22156>. Acesso em: 15 abr. 2026.

PEREIRA, T. I. MAY, Fernanda. GUTIERREZ, Daniel. O acesso das classes populares ao Ensino Superior: novas políticas, antigos desafios. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v.16, n. 32, p. 117-140, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2726/1550>. Acesso em: 15 abr. 2026.

REZENDE PINTO, José Marcelino. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, 88 V.25 - Número Especial 2004 - Universidade: reforma e/ou rendição ao mercado? Mercantilização do conhecimento e deserção do Estado. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/v4QyPxCR99Z874zpkLvmSMF/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2026.

SANTOS, Silvano Messias dos; FREIRE, Rebeca Sobral. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 02, p. 260-280, jul. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/LFMj3QJpFMfLYtKC436mpsH/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2026.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Narrativas memoriais: o que a história nos conta sobre os Institutos Federais?. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, v. 5, n. 11, 2019. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/709>. Acesso em: 15 abr. 2026.

SILVA, Eduardo da; PETRIS, Juliana Patrícia; OLIVEIRA Rafael Niebuhr Maia de. Considerações sobre o desenvolvimento da educação superior no Brasil até o ano de 2006. *Revista Criar Educação*, v.11, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/6109>. Acesso em: 15 abr. 2026.